

Galeria



Da esquerda para a direita: vista do Aterro Sanitário Municipal, no bairro Torrão de Ouro, que recebe mais de 400 toneladas de lixo diariamente; no Centro de Triagem de Materiais, funcionários da Urbam (Urbanizadora Municipal S/A) realizam separação de produtos que podem ser reaproveitados; desde 2008, aterro conta também com estação para controlar a emissão de gases na atmosfera

MEIO AMBIENTE PROFESSORES DO ITA APONTAM FALHAS EM TERMELÉTRICA DE SÃO JOSÉ

Especialistas condenam usina

Um dos problemas seria a altura de 20 m da chaminé para a dispersão do material emitido, quando o recomendado é 350 m

ARTHUR COSTA
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

“Temo que essa usina seja um incinerador disfarçado de termelétrica”. Essa é a análise da professora do departamento de geotecnia do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), Delma Vidal, sobre o projeto da implementação da usina de recuperação energética em São José dos Campos.

O projeto da instalação da termelétrica que pretende gerar energia para 200 mil habitantes está disponível no site da prefeitura, na página da Secretaria do Meio Ambiente para consulta pública e, segundo Delma, apresenta pontos controversos.

O primeiro deles seria o caráter de urgência da implementação da usina. “A prefeitura alega que o aterro sanitário da cidade estaria em fase final de utilização. No entanto, esse projeto do

ALTERNATIVA

Prefeitura quer usar usina para prolongar tempo de vida útil do aterro sanitário do Torrão de Ouro

atual aterro, que prevê vida útil de 12 anos é muito conservador. Um projeto mais moderno consideraria esse tempo útil passando dos 20 anos”, afirmou.

Outro ponto abordado pela análise da professora do ITA é sobre a área de dispersão do material emitido pela chaminé da usina. Pelo projeto inicial, essa torre teria 20m de altura, quando, o recomendado seria, no mínimo, 350m para amenizar o impacto da inversão térmica na região, que prende os gases emitidos até certa altura.

Dispersão. “O Vale do Paraíba é uma região muito peculiar. Além da inversão térmica, temos apenas uma entrada de corrente de ar. Sofremos com um processo durante a noite que faz com que essa corrente de ar volte, tra-

TERMELÉTRICA EM SÃO JOSÉ

Dezembro 2009

Início do projeto

O que é?

A Usina de Recuperação Energética, ou termelétrica, seria responsável por gerar energia elétrica para atender 200 mil habitantes com a queima de lixo seco e partes remanescentes do processo de bio-digestão do lixo orgânico

Onde ficaria?

Seria instalada onde hoje funciona o aterro sanitário no bairro Torrão de Ouro

Quem faria?

A EBP (Estruturadora Brasileira de Projetos), empresa de investimentos de risco que tem como acionistas oito dos principais bancos do país, foi selecionada para elaborar o projeto da implantação da termelétrica em São José

Justificativa

O atual aterro sanitário teria vida útil de 12 anos, entrando em sua fase final de utilidade

O que falta para ser aprovado?

Secretaria do Meio Ambiente realiza consulta pública até metade de julho para tentar modificar a Lei Orgânica do município que atualmente proíbe a instalação de termelétricas. Com a consulta pública concluída, prefeitura encaminhará resultado para a Cetesb solicitando autorização para o processo de instalação

Opinião

População pode ter conhecimento do projeto e tecer comentários por meio do link

http://www.sjc.sp.gov.br/semea/consulta_publica.asp



“Qual é o sentido de colocar uma termelétrica no Vale, uma região castigada por indústrias e pela poluição na Dutra?”

DELMA VIDAL
INTEGRANTE DO COMAM



“Qualquer engenheiro sabe que a altura mínima de uma torre de emissão é de pelo menos 350 metros. Isso é uma coisa básica”

CARLOS NOBRE
EX-DIRETOR DO INPE



Participe deste debate. Comente esta reportagem no site de OVALE: www.ovale.com.br



Termelétrica James de Young Power, instalada na Holanda, um dos países onde se buscou experiências para projeto de São José

OUTRO LADO

Em nota, governo defende a nova usina

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

A prefeitura se manifestou sobre os questionamentos dos pesquisadores do ITA por meio de sua assessoria.

Sobre a altura da torre de emissão, ela afirma ter seguido padrões estabelecidos por legislações vigentes no País. “Para a definição dos parâme-

tros de engenharia do projeto foram realizados diversos estudos, dentre eles o de dispersão atmosférica. A análise comprovou que a altura estabelecida no edital do projeto para a torre de emissão é a ideal e não trará nenhum risco para a população”, dizia a nota enviada pela assessoria.

De acordo com a prefeitura,

o diálogo tem sido aberto com a população.

“Levamos representantes da comunidade e membros da Câmara para conhecer projetos similares, realizamos eventos de esclarecimento junto a associações de classe, organizamos seminários e workshops abertos à sociedade disponível para esclarecimento

da população. O objetivo é que todos possam conhecer e se pronunciar sobre a iniciativa.”

Evolução. “O objetivo é dar um ‘salto de qualidade’ no tratamento de resíduos sólidos, aumentar ainda mais o índice de reciclagem e reduzir as limitações e impactos associados ao aterro atual”, completa. ●

zendo todos os gases emitidos de volta, sem contar os que já são liberados durante a noite.”

A análise feita por Delma é compartilhada pelo professor do departamento de recursos hídricos e saneamento ambiental do ITA, Wilson Cabral de Sousa Junior.

“São José dos Campos já está enquadrada pela Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental) como região saturada de ozônio. A qualidade do ar só tem piorado. Nossas crianças têm problemas respiratórios desde cedo e as pessoas acham que isso é normal”, explica Junior.

Demanda. Os pesquisadores também questionam a quantidade de resíduos destinados para o processo de bio-digestão e produção de energia.

“Pelo que sei, a quantia necessária é de 300 toneladas de resíduos por dia. São José teria hoje 160 toneladas se queimas-se materiais proibidos por lei federal como o plástico. Sem esses produtos, essa quantia não chegaria a 90 toneladas. São contas que não fecham”, afirma Delma.

Para os professores, a maneira como o projeto tem sido tratado preocupa. “Não foram avaliadas alternativas. É como se fosse um trator”, disse.

Diálogo. Membros do Comam (Conselho Municipal do Meio Ambiente), os pesquisadores cobram uma reunião com a prefeitura para debater a instalação da termelétrica. Eles alegam que há um mês tentam agendar um encontro com representantes do Poder Público, sem sucesso.

“A justificativa é que a secretaria do Comam – indicada pela própria prefeitura – foi demitida. Já tivemos reuniões ordinárias e extraordinárias canceladas”, lamenta Delma.

O processo de instalação da usina passa agora por uma consulta pública. Com o resultado dessas consultas e de audiências públicas realizadas, a prefeitura pretende alterar a Lei Orgânica do município e solicitar à Cetesb a autorização para a implantação da unidade. ●



MINERAÇÃO

Audiência debate extração de areia

A Câmara de São José dos Campos pretende votar até o final do mês o decreto legislativo que disciplinará a consulta pública sobre a liberação das



cavas de areia no município. O projeto, de autoria da mesa diretora da Casa, prevê a realização de duas audiências para discutir com a população a volta da atividade – uma reunião preparatória, para coleta de sugestões, e outra com uma proposta já formatada para regulamentação das cavas. São José dos Campos é o único município da região que proíbe a mineração em seu território. O veto foi incluído na Lei Orgânica em 1994. O lobby para a volta da atividade é encabezado pelo sindicato dos areeiros. O Vale do Paraíba é o principal polo de extração do minério em todo o Estado.

MAPA RURAL

São Francisco Xavier recebe diagnóstico

A primeira etapa do diagnóstico fundiário do distrito de São Francisco Xavier foi concluída. Iniciada em maio de 2010, o trabalho feito Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo, a partir de imagens de satélite, deve ser concluído em outubro. O objetivo é levantar subsídios para o cadastramento das propriedades rurais e elaboração de planos e programas para orientar e estimular as atividades econômicas e controlar o impacto ambiental na região.

SANEAMENTO

Rio do Ouro terá esgoto tratado

O bairro Rio do Ouro, em Caraguá, conta agora com o Sistema de Esgotamento Sanitário capaz de realizar 100% de coleta e tratamento de esgotos produzidos. A Sabesp inaugurou as obras na última semana. O investimento é de R\$ 3,1 milhões e integra o Programa Onda Limpa Litoral Norte. O sistema tem 1,5 mil metros de coletores-tronco, 8,9 mil metros de redes coletoras, duas estações elevatórias, 854 metros de linhas de recalque e 1,1 mil ligações domiciliares.

PESCA

Litoral tem oficina de meio ambiente

O projeto Marinas do Rio ao Mar realiza amanhã, às 14h, Oficinas de Boas Práticas de Manutenção, destinadas a pescadores, trabalhadores do setor pesqueiro, marinheiros, prestadores de serviço de manutenção de embarcações, estudantes e professores. O conteúdo engloba as boas práticas ambientais ligadas ao setor náutico. As oficinas são gratuitas e abertas ao público. As inscrições podem ser feitas na hora no Centro Cultural Baturá, na Praça Pôr-do-Sol.